

Texto reconstituído a partir da intervenção oral

Quero dizer, em primeiro lugar, que é com todo o gosto que temos colaborado com a Associação Nacional de Professores. Felizmente, tenho tido a oportunidade de participar várias vezes, em vários lugares do país, nas suas iniciativas, o que me apraz registar.

Quero partilhar algumas ideias convosco relativamente à questão da igualdade e da liberdade nas escolas, que é no fundo a pedra filosofal dos problemas da educação.

A grande ideia que está subjacente à escola sempre foi a promoção da igualdade e liberdade, nomeadamente, na escola de hoje, chamada de massas. É acreditar que uma criação destas é um instrumento útil e eficaz na procura de uma sociedade mais justa e mais igual. No fundo, é mais uma questão de convicção.

Como costumo dizer, é mais uma questão religiosa do que uma questão de ciência, na medida em que é mais uma questão que tem a ver mais com aquilo que nós acreditamos do que com o que somos capazes de fazer.

As grandes mudanças no mundo e da história da humanidade deveram-se sempre muito mais às convicções do que aos procedimentos, sendo na escola, na minha perspectiva, a mesma situação: a necessidade de acreditarmos que somos capazes de fazer um mundo melhor.

Não afasto rigorosamente nada a escola deste processo. Já uma vez afirmei e volto a repetir, que acredito que o que todos nós procuramos, isto é, a finalidade do homem é a procura da felicidade. Nós tentamos a todo o custo ser felizes. É isto que nos guia no dia a dia. Portanto, tentamos organizar-nos e organizar aquilo que nos rodeia no sentido de perseguirmos esse objectivo que é a felicidade.

A minha convicção, optimista como sou, é que a escola foi uma criação social nessa procura. Ou seja, foi mais um instrumento criado no sentido de ajudar na procura da felicidade, uma vez que achamos que se as pessoas forem mais cultas e souberem mais, provavelmente, serão mais felizes.

Tenho, portanto, uma visão benigna da história nessa matéria. Uma visão de que foram bons motivos e boas razões que catapultaram e nos levaram ao longo deste século a desenvolver esta estrutura que é a escola.

É nesta convicção que se nos colocam os problemas relacionados com a igualdade e a liberdade na escola. Não tenho, de todo em todo, uma visão conspirativa da história nesta matéria e, portanto, tenho de olhar para isto da maneira em que acredito.

Apesar de tudo, na história da humanidade, a escola é a maior criação que o homem conseguiu produzir.

Há muito pouco tempo tive a felicidade de ler numa revista internacional que o orçamento mundial dos estados, dedicado à educação, tinha superado o orçamento da defesa. Isto fez-me sentir um pouco mais feliz no sentido de que há sinais de esperança no futuro da humanidade.

Num país como Portugal, temos problemas muito concretos que se colocam de modo diferente em Inglaterra ou outro país, onde a organização escolar se fundamenta em princípios muito diferentes. Em Portugal a escola é vista claramente como um serviço público no sentido não só de serviço às pessoas, mas também de que o estado tem a legitimidade e a propriedade. Noutros países, como a Inglaterra ou a Dinamarca, não é assim. A escola é uma criação comunitária na qual o estado interveio posteriormente. Essa visão da educação em Portugal, coloca-nos problemas ao nível da organização das escolas e do sistema.

Numa sociedade como a nossa, que evoluiu rapidamente de uma sociedade perfeitamente dominada pela autoridade do estado, para uma sociedade que hoje oscila entre pressões claras entre uma diminuição da autoridade do estado e um aumento da autoridade de outras fontes do poder, deu origem aquilo a que a OCDE chama de redescentralização.

Nesta transformação há grandes tensões no país, que se reflectem necessariamente nas escolas e em cada escola, porque cada escola é uma estrutura onde vivem professores, alunos e pais, sendo cada vez mais uma estrutura social complexa.

Neste sentido, temos problemas relacionados com a organização da escola. Isto é, temos de responder, simultaneamente, aquilo que são as funções sociais e à pressão, ainda constante, da autoridade do estado.

Como é que a autoridade do estado se exerce no caso da escola em Portugal?

A autoridade do estado é simbolizada pela uniformidade do currículo escolar. É preciso entender que o currículo escolar não são só os programas de ensino, mas sim todo o espaço escolar, as salas de aulas, a organização das turmas e dos intervalos, a estruturação do dia escolar, as horas a que começam as actividades lectivas e que são interrompidas, (...), tudo isto é currículo. Não é só o que está escrito que tem que ser ensinado às crianças. Esta parte, em questões de igualdade e liberdade, tem mais importância do que aquilo que está escrito exclusivamente nos programas.

Na realidade, se pensarmos bem e verificarmos que as escolas que nós temos são rigorosamente iguais às escolas onde andámos. Mas o que é mais interessante é que são rigorosamente iguais às escolas onde andaram os nossos pais. Não são diferentes em quase nada. O quadro pode não ser preto e ser verde, mas a formatação da organização, a forma como se organiza e se estrutura o recinto escolar, os espaços de liberdade ou de circulação, os espaços de interacção são rigorosamente os mesmos, não têm diferença nenhuma.

É aqui que, na minha perspectiva, se coloca o maior problema actual sobre as questões da promoção da liberdade e da igualdade no contexto das escolas. É minha convicção que o maior condicionamento àquilo que hoje preocupa quase todas as pessoas que estudam em questões educativas e preocupam quase todos os professores, é a capacidade de adaptação das escolas a uma sociedade que mudou brutalmente.

Já se tentaram várias possibilidades. De tal forma se tentaram várias possibilidades que em termos políticos se arranjou uma coisa muito interessante. Houve uma fase que foi a das reformas educativas não só em Portugal como no mundo inteiro. Como não funcionaram quando chegávamos ao fim das reformas voltávamos ao princípio, chegando à conclusão que na escola nada tinha mudado. Isto tornava-se afilítivo porque os políticos responsáveis tinham que responder pelos meios. Como a situação era bastante incómoda para os políticos encontrou-se um modismo político/educativo que era: agora já não se fazem reformas. Fazem-se restruturações, reengenharias, pequenas modificações.

Mas já não se fazem reformas, não é por nada de substancial. É que já ninguém aguenta o embate de dizerem a um político que mais uma vez a reforma não funcionou. Esta é a razão essencial. Por detrás dos grandes problemas há sempre pequenas questões.

Se formos ao essencial do problema e o problema não é estritamente português, o que acontece é que o investimento nas modificações tem-nos levado a uma conclusão que é verificar que a escola continua igual, não tem nada de substancialmente diferente. Portanto, existe aqui alguma frustração relativamente àquilo que é o papel da escola no pressuposto do combate à desigualdade e da promoção da igualdade.

A minha convicção nesta matéria, e mais uma vez falo de convicções, é que não é no conteúdo que está o problema, é claramente na forma. O conteúdo é de uma volatilidade absolutamente impressionante e cada vez mais. O problema está na forma, ou seja, na grande dificuldade de se ser capaz de desmontar o sistema existente e construir em termos organizacionais as escolas de outra maneira. Isto é, ser capaz de acabar com a estruturação do dia escolar tal qual como ele existe, é ser capaz de acabar com os tempos escolares, acabar com a organização dos professores dentro das escolas da forma que existe, ... . E quando falo em acabar não significa anarquizar, significa reorganizar, encontrar formas diferentes e alternativas porque parece que isto está gravado nos genes. O problema em si mesmo está dentro da própria escola.

Os problemas de igualdade e liberdade são acima de tudo problemas de relação, não são problemas de ensino no sentido behaviorista.

Vejamos o caso da relação entre professores. Houve em tempos uma ilusão: se os dirigentes escolares fossem eleitos pelos seus pares, isso significaria uma maior relação de igualdade, o que permitiria uma maior eficácia.

Não é verdade. A investigação educacional nessa matéria tem mostrado que organizações com diversos tipos de relação, têm eficácia diferentes, incluindo no sentido da promoção da liberdade dentro da escola. Claramente não há uma relação directa entre uma coisa e outra. Tanto pode acontecer assim, como o contrário.

Há outra matéria que me é muito cara nesta questão sobre o problema da igualdade na escola que é a avaliação. Na realidade, a imagem social daquilo que é chamado o resultado esperado da escola, para o cidadão geral, continua a ser a hierarquização dos resultados dos

alunos. Mesmo para os professores em geral, que têm uma formação e um discurso assente na função avaliativa enquanto instrumento de currículo, nos mais pequenos pormenores há um resvalar constante para uma representação de que não podemos arredar da escola a hierarquização e a seleção em função de alguma coisa.

Aquilo que é o resultado exterior da escola, aquilo que é dito constantemente pela sociedade em geral à escola, enquanto resultado visível social, é que diga quem é que aprendeu mais e quem é que aprendeu menos.

Esta é a versão mais benigna de todas porque, normalmente, o discurso é um pouco mais violento nesta matéria. Aliás, veja-se a comunicação social portuguesa que, em abono da verdade, nos últimos anos dedicou à educação um espaço que não dedicava anteriormente. Mas se lermos os jornais, existe um claríssimo movimento de fontes esclarecidas, de gente que faz opinião, que tem importância social no contexto daquilo que é a formação da opinião social, que é um claríssimo recuo neste assunto. É um movimento de capitulação. Acho curioso que seja a geração escolar mais revolucionária enquanto alunos que está claramente a capitular sobre aquilo que de mais importante e mais significativo existe historicamente sobre o papel da escola. Digo capitular, no sentido de se habituar à ideia de que não há nada a fazer, o que acho muito preocupante.

As questões da liberdade e da igualdade são bens absolutos e enquanto tal, são bens inatingíveis. Só é possível persegui-los se houver uma convicção constante, se não houver capitulação. Nenhum professor pode capitular relativamente à perseguição daquilo que considera o bem absoluto, embora inatingível. Quando se deixa tudo como estava antes, há necessariamente um recuo, porque lá fora tudo continua a andar.

Não há portanto nenhuma novidade a não ser o facto de haver demasiados sinais de capitulação, ainda que se assuste não só os políticos, mas também os professores e os pais, no sentido de que se espera que a escola seja uma instituição segura e fiável.

Em Portugal existe um barómetro relativamente àquilo que é a confiança dos cidadãos nas instituições. A escola tem sido, de forma sistemática, a instituição em que os portugueses confiam mais, relativamente à polícia, tribunais ou hospitais, o que para nós é mais um bom sinal. Os professores são das profissões mais consideradas não no aspecto remuneratório, mas no sentido da credibilidade dos cidadãos perante a actividade docente.

Há, portanto, uma base de confiança dos cidadãos relativamente à escola em Portugal.

É evidente que existe a preocupação da desestruturação. Até para os próprios professores é difícil falar nesse mecanismo.

A construção da escola é estritamente dos homens e, portanto, não tem uma fundamentação que se diga que está fora do nosso controle.

Como dizia Margaret Fullan, as mudanças devem-se muito mais às convicções e às atitudes do que aos actos.

Muito obrigado